



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638695 - GO (2021/0001626-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : SILVIO HIDEKI NISHI
ADVOGADO : SILVIO HIDEKI NISHI - GO019882
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : JOSE ROBERTO DE SA (PRESO)
CORRÉU : ROBSON BARRETO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE ROBERTO DE SA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (5668680-76.2020.8.09.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 121, § 2º, incisos I e IV c/c art. 29, ambos do CP (vítima Márcio José Alcântara Theodorelli); art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c art. 29, ambos do CP (vítima Priscila de Jesus Salomão), c/c art. 2º, §2º, da Lei n. 12.850/2013, e arts. 328, *caput*, e 347, parágrafo único, do CP.

O impetrante questiona a estrutura física da prisão onde se encontra o paciente, que é advogado, ressaltando a existência de *habeas corpus* anteriores e o direito do paciente à sala do Estado Maior.

Destaca que “o Impetrante Ingressou com Habeas Corpus em favor do Paciente no dia 31 de Dezembro de 2020 com o objetivo de, diante de decisão proferida em favor de profissional de direito, encarcerado dentro da mesma unidade prisional e, apresentando as mesmas condições de saúde e a mesma preferência decorrente de sua condição de Idoso, obter a uniformização do entendimento jurisprudencial resultante da decisão proferida nos autos do HC de nº 5618930-08.2020.8.09.0000, para que fosse deferido ao Paciente o mesmo Benefício provido para o Sr. Gary Francisco Marques”.

Requer que seja a presente ordem conhecida e a liminar concedida para, corrigindo a ilegalidade flagrante, colocar o paciente em imediata liberdade. Alternativamente, pede que sejam aplicadas, em conjunto, medidas restritivas de direito, monitoramento remoto, restrições noturnas e de final de semana e proibição de se ausentar da comarca onde reside sem autorização judicial. Caso entenda ainda não ser o caso de liberdade com aplicação de medidas restritivas de direto, que seja determinado

liminarmente que seja o paciente colocado em prisão domiciliar, mediante comprovação de endereço fixo e atual, com autorização exclusiva para comparecimento a consultas médicas previamente agendadas e informadas ao Juízo processante.

No mérito, requer que sejam confirmados os direitos pleiteados e deferidos em liminar, para manter o paciente fora do cárcere.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Além disso, o TJGO consignou o seguinte:

Para a liminar é necessário que se comprove clara e insofismavelmente a situação de ilegalidade. No caso dos autos, não se sabe em que situação está preso o paciente, sendo necessário colher as informações devidas para solução final da impetração.

INDEFIRO a liminar e determino o normal processamento do Habeas Corpus com a distribuição a uma das Câmaras Criminais.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ,

indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente